

MIGUEL TORGA: A HABITAÇÃO HUMANA DO TERRESTRE

CARLOS MENDES DE SOUSA
Universidade do Minho

1. Em 1978, numa homenagem organizada pela Secretaria de Estado da Cultura para celebrar os cinquenta anos da vida literária do autor de *A Criação do Mundo*, Sophia de Mello Breyner Andresen afirmou, na bela concisão lapidar da sua fala: «Torga é um poeta em quem um país se diz» (1980, 17). Estas palavras assinalam, na apresentação do retrato, uma dicção própria nascida de uma identificação com a terra. Se a obra de Torga é perspectivada como um representativo receptáculo de vozes, entrevê-se na leitura de Sophia outra direcção: o dizer o país é sempre um dizer eticamente comprometido. Este modo de aproximação ao escritor conduz a interpretações complexas e diferenciadas. Recorde-se a intervenção de Eduardo Lourenço, no encontro celebrativo de 1978, num texto com o título «O Portugal de Torga». O autor de *O Labirinto da Saudade* falou aí da dimensão colectiva do retrato torguiano do país, para mostrar como esse quadro não pode ser captado numa resolução de fixidez sem grão, sendo, pelo contrário, intrinsecamente alimentado por questionações e contradições. A voz do autor de *Poemas Ibéricos* assume «pela escrita um drama de séculos que a poesia pode invocar mas não resolver. O Portugal de Torga é antes de mais o das suas criaturas, descritas sem complacência mas com fundo sentimento de identidade de destino» (Lourenço, 1980, 19). Um dos traços mais marcantes e óbvios da literatura de Miguel Torga encontra-se associado a

este sentimento de identidade. A presença do eu (revelada em diversas e significativas formas de representação de pendor autobiográfico ¹) entrelaça-se com uma vívida representação da terra, do país ficcionalizado como verdade, de que o autor se propõe testemunha privilegiada. Essa imbricação leva a que, num dos múltiplos auto-retratos, Torga proponha a fusão do perfil próprio com o perfil da pátria: «Avivo no teu rosto o rosto que me deste, / E torno mais real o rosto que te dou», lemos nos dois primeiros versos de um poema que recebe precisamente o título «Portugal», incluído no volume x do seu *Diário* (1999b, 1048).

Em jeito de balanço, o autor reafirmou, em 1988, a dimensão gnosiológica das motivações da sua escrita: «Portugal. Foi a procurar entendê-lo que compreendi alguma coisa de mim» (1631) (*Diário*, XV). A questionação do mesmo a partir da observação do outro colectivamente considerado é de tal modo obsessiva que informa infindáveis e variados registos ao longo da obra:

*Terra.
Quanto a palavra der, e nada mais.
Só assim a resume
Quem a contempla do mais alto cume,
Carregada de sol e de pinhais.* [2000, 691.]

Se os enquadramentos da natureza parecem estar ao serviço da forma como o poeta encara o mundo, o *dizer a terra* não se confina ao rótulo fácil do «telurismo» que se colou ao nome do escritor. Trata-se de uma dicção projectada para além dos quadros tipificados das representações cosmogónicas do lugar, do fluir de um tempo como certeza do crescer natural das coisas. Por isso, aos versos emblemáticos da abertura de «Ibéria» (*Poemas Ibéricos*), acima citados, o poeta acrescenta

¹ Essa incessante busca, concretizada em formas várias, é particularmente visível na ficcionalização da sua vivência pessoal no romance autobiográfico *A Criação do Mundo*, bem como no impressionante registo da memória do tempo interior nas páginas do *Diário*.

outros que apontam para significações centrais da sua mundividência (apoiadas no sólido esteio do proclamado iberismo):

*Terra-tumor-de-angústia de saber
Se o mar é fundo e ao fim deixa passar...
Uma antena da Europa a receber
A voz do longe que lhe quer falar...* [Idem.]

Na construção do retrato insinua-se traços de feição social e política. Daí a relevância de aspectos nucleares da mitografia do poeta: a revisitação da terra imersa num tempo arcaico (veja-se a presença de S. Martinho de Anta — «Agarez» de *A Criação do Mundo*) em simultâneo com a vivência intensa de lugares e tempos marcados pelo espectro das contingências e convulsões históricas. Em relação ao tempo português, vamos encontrar na obra torguiana uma das mais espantosas radiografias do país, desde a ditadura salazarista até à chegada da democracia e ao pós-25 de Abril.

À semelhança do que ocorre com autores românticos, em diversos quadrantes geográficos, existe em Miguel Torga um projecto de escrita que assenta no propósito de configurar literariamente um completíssimo painel do país. Uma ideia feita circula com alguma frequência: Torga apenas teria fixado na sua vasta obra o Portugal rural e, muito em particular, o universo arcaico de Trás-os-Montes, revelado especialmente nos seus livros de contos sobre a Montanha. A efectiva leitura dos textos mostra-nos, contudo, como o quadro se amplifica. Vejam-se os exemplos das representações de vivências urbanas em contos de *Rua* e de *Pedras Lavradas*; o complexo mundo de tensões sociais em *Vindima*, romance centrado num microcosmo duriense; a condição do português aventureiro, no saboroso relato pícaro de *O Senhor Ventura*; o impacto das oposições estruturantes do país dividido entre a terra e o mar (nas peças de teatro); a própria condição de emigrante no Brasil do protagonista do romance autobiográfico *A Criação do Mundo*; o iberismo em *Poemas Ibéricos* e outros textos; o registo nómada que capta o mais fundo retrato geográfico e antropológico do país, nas páginas do *Diário* ou no emblemático livro com o título *Portugal*.

Desde muito cedo, o projecto literário de Torga apoiou-se numa ideia forte: a convicção de que no local se contém a mais funda expressão da universalidade, cujo fim último é chegar à essência do humano. Nesse sentido também deve ser entendida a reflexão sobre o modo português de existir. Lembre-se que, já em 1942, registava no volume II do *Diário*: «Só depois de bem avaliar as suas características particulares e de as caldear a seguir no grande lume universal, pode um qualquer ser ao mesmo tempo cidadão de Trás-os-Montes e cidadão do mundo» (1999a, 186). No alargamento dos limites, encontra-se o princípio orientador universalista que o poeta defendeu. E mais uma vez se destaca a síntese de Sophia de Mello Breyner Andersen, quando se refere a «um poeta que através de uma apaixonada consciência do país natal nos ensina a procurar a verdade universal da nossa habitação humana do terrestre» (1980, 8).

2. Para falar do papel da cidadania em Miguel Torga e do seu comprometimento social e cívico, importa que nos detenhamos no momento da sua formação/afirmação literária, marcada por um enérgico sentido de liberdade e definidora de um percurso cívico exemplar. Torga afirmou-se como escritor na década de 40 do século XX, depois de ter entrado em ruptura, na década anterior, com o grupo da *Presença*. Este rompimento pressupunha uma consciência social muito aguda que o autor não reconhecia nos presenciaistas. Para ele, estes escritores, dominados por Régio, viviam num alheamento anquilosante, fechados ao mundo e aos seus dramas sociais e políticos. Porém, Torga não se enfileirou nos quadros do neo-realismo, como se poderia esperar de um posicionamento empenhado, num tempo que era um «tempo dividido». O seu trajecto foi construído a partir de uma feroz independência face a grupos e a tendências.

Em 1929, já depois de ter publicado o primeiro livro, *Ansiedade*, ainda assinado com o nome civil, Torga começou a frequentar tertúlias literárias na Baixa de Coimbra, em especial no Café Central. Aí se aproximou de jovens escritores e intelectuais que, em clima de efervescência, animavam os debates estético-literários, e aí iniciou a sua colaboração na revista dirigida por José Régio (fundada dois anos antes com Branquinho

da Fonseca e João Gaspar Simões). O contacto com o grupo presencista foi decisivo para a formação do poeta. Remonta a este período a leitura e a admiração por autores que o iriam marcar profundamente. Neste ano, saíram poemas seus, em três números da revista, assinados ainda com o nome Adolfo Rocha, e no ano seguinte foi publicado o livro de poesia *Rampa*, sob a chancela das edições da *Presença*. Mas foi também em 1930 que, com Edmundo de Bettencourt e Branquinho da Fonseca, enviou uma «Carta a José Régio e João Gaspar Simões, directores da *Presença*», a participar o afastamento do grupo: «trata-se duma barca que não vai com os nossos rumos nem para o Norte de cada um...// Por isso saímos dela: aliviada dos nossos destinos, talvez possa chegar melhor...». A carta, difundida sob a forma de folheto volante (Nunes, 2007), provocou a primeira cisão dentro da *Presença*. As razões apresentadas prendiam-se essencialmente com aquilo que os signatários consideravam um desvirtuamento do espírito inicial do projecto, acusando os directores do cerceamento das liberdades criadoras e da imposição de um magistério literário ao grupo.

Alguns anos mais tarde, ao apresentar uma leitura dos acontecimentos no seu romance autobiográfico, Torga irá centrar em si mesmo o protagonismo do gesto de ruptura. Reportando-se a este episódio, o narrador de *A Criação do Mundo* fala da «cisão do grupo, de que eu fora o principal responsável» (2002, 232). O gesto é simbólico do ponto de vista da atitude crítica que marcará o percurso do escritor.

Assinale-se que, logo após a cisão, em 1930, fundou uma revista com o nome *Sinal*. A publicação, criada com Branquinho da Fonseca, teve vida efémera: apenas saiu um número, no mês de Julho, com a colaboração exclusiva dos dois jovens escritores (Branquinho da Fonseca assina com o pseudónimo António Madeira). Uma das peças mais representativas da revista é um texto subscrito por Adolfo Rocha com o título «Meditação poética sobre uma carta que chegou ao seu destino», onde se pode perceber o ataque veemente aos ex-companheiros da *Presença*. Em «O Terceiro Dia» de *A Criação do Mundo*, Torga fará uma avaliação do projecto, que entrevê como aventura fracassada (243).

Na busca de novos caminhos, é um marco importante a revista *Manifesto*, fundada com o crítico Albano Nogueira. O n.º 1 saiu em Janeiro de 1936. Demarcando-se das orientações psicologistas e estetizantes, o programa de *Manifesto* revela uma atenção particular ao lugar do artista na sociedade, propondo uma arte enraizada no real. A esse respeito, encontramos igualmente uma síntese interpretativa em *A Criação do Mundo*:

A *Vanguarda* [criptónimo da *Presença*] nunca valorizara suficientemente a realidade. O velho mundo burguês, abalado nas estruturas, estrebuchava nas vacas da agonia, desenhavam-se além-fronteiras os primeiros sinais doutra alvorada humana, e ela alheada no seu subjectivismo macerador. Essa pertinaz atitude introspectiva diminuía o alcance do esforço renovador que empreendera, de que sentia legítimo orgulho, mas que só esteticamente dera frutos positivos. [244.]

Devido a dificuldades com a Censura, o último número de *Manifesto* saiu em Julho de 1938. Tal como no anterior (o n.º 4), publicado em Julho de 1937, também aqui apenas figurava o nome de Miguel Torga na direcção. Aliás, este n.º 5, que representou a última iniciativa directa do escritor num projecto colectivo, foi exclusivamente preenchido com textos seus.

Em 1934, no prefácio do livro *A Terceira Voz* (livro cuja capa ostenta ainda o nome de Adolfo Rocha), Torga anuncia a despedida do nome civil e a criação do nome literário. É nos seguintes termos que o autor apresenta esse nome aos leitores: «Com um ósculo vo-lo entrego. Chama-se Miguel Torga. Somos irmãos e temos a mesma riqueza. Mas há dias reparámos nesta coisa simples: para que aos vossos olhos um de nós surgisse Cristo, necessariamente o outro tinha de fazer de Judas. E eu sacrifiquei-me» (1934, 6). Cinquenta e cinco anos depois, nas páginas do *Diário*, ao fazer um balanço de vida, Torga relembra esse momento fundacional e foca o dilaceramento identitário (um nome para o médico, outro para o escritor), questionando-se sobre o gesto e as suas consequências: «A dar cada passo de coração apertado, sempre atento à voz acusadora da

minha identidade profunda, inconformada com esta angústia em que vivo de nunca saber ao certo quando estou a violentar e trair o homem natural em benefício da personalidade inventada» (Coimbra, 2 de Julho de 1989, *Diário XV*). Contudo, da análise do percurso do autor percebe-se como biografia e literatura se interligam de forma tão inteira, comandadas por uma vontade titânica que dita toda a escrita e que legitima a escolha do nome. Eduardo Lourenço faz uma leitura admirável da determinação contida na opção onomástica, que

tem pouco a ver com a do mero crisma pseudonímico a que o sucesso da obra acrescenta uma aura duradoura, como nos casos de Voltaire, de Novalis ou de Stendhal. É na sua origem e na sua intenção um baptismo à maneira bíblica onde se inscreve de antemão um destino a cumprir. [1994, 277.]

Para Torga, a entrada na literatura, desde o nome encontrado até ao último poema escrito, está absolutamente subordinada a essa ideia de destino, que implica um sentido ético e um sentido estético. Lembre-se que, depois dos tempos das tertúlias presencialistas, o autor de *O Outro livro de Job* manteve um papel muito activo em outros grupos que se reuniam em cafés na Baixa da cidade de Coimbra (onde se destacavam, entre outros, Martins de Carvalho e Paulo Quintela). Estes grupos, onde Torga era figura agregadora, pressupunham tanto uma atenção aos problemas políticos (à cidade sitiada) como às questões estéticas. Progressivamente, o seu consultório médico, no Largo da Portagem, na Baixa de Coimbra, tornou-se um lugar simbólico de acolhimento e debate de ideias políticas e literárias.

O escritor auto-investe-se do papel do observador que oferece um privilegiado testemunho sobre o tempo vivido. A metáfora da janela do consultório assume um relevo particular e ocorre em várias notas diarísticas, em diversos poemas e n' *A Criação do Mundo*. Do seu observatório, o sujeito que contempla o mundo, e que a si mesmo se contempla, lança um olhar impregnado de senso crítico. No último volume do *Diário*, encon-

tramos momentos de extrema pungência, quando o escritor regista o modo como se viu desapossado desse lugar de onde olhar o mundo:

Coimbra, 20 de Maio de 1992. — [...] Naquele velho refúgio que vai ser demolido e remodelado, estão muradas a minha e outras vidas. Das duas janelas que lhe davam luz, perspectivei durante meio século o mundo e as tragédias dele. [1999b, 1740.] [*Diário*, XVI.]

Coimbra, 8 de Junho de 1992. — Desfiz-me do consultório. Mil circunstâncias adversas conjugaram-se encarnadamente nesse sentido. E adeus, meu velho reduto, onde durante tantos anos lutei como homem, médico e poeta. [...]. E fiquei naquelas salas vazias, vazio como elas. Sem passado, sem presente e sem futuro, com a minha própria vida abolida no tempo. À medida que os carregadores iam retirando o espólio, tinha a sensação de que estava a ser descarnado, a tornar-me humanamente espectral. [1742-1743.] [*Diário*, XVI.]

Os acontecimentos históricos são registados em notas de um lúcido posicionamento e os pontos de vista são coerentemente articulados com o percurso intelectual e político do escritor, que testemunha sobre o homem no tempo, dentro das contingências epocais, sempre em perspectiva amplificante, como se pode ler numa nota de 16 de Dezembro de 1982: «Tempo terrível, este! Mas que privilégio o nosso de o termos vivido e conhecido! [...]» (1472.) (*Diário*, XIV.)

3. Quando da apreensão de *O Quarto Dia* de *A Criação do Mundo* e do livro de contos *Montanha*, Torga era um escritor em ascensão, mas conhecido apenas num círculo restrito de leitores. A década de 40 constituiu o momento decisivo de projecção e consolidação do nome e da obra.

No final de 1937 (Dezembro), ano em que publica *Os Dois Primeiros Dias* de *A Criação do Mundo*, romance autobiográfico

in fieri, Miguel Torga faz uma viagem a Itália (como assinala no primeiro volume do *Diário*), passando pela Espanha franquista, em plena guerra civil, e visitando alguns lugares de França, Suíça e Bélgica. Esta vivência será impressivamente relatada em *O Quarto Dia*, publicado em Abril de 1939, onde o autor denuncia tanto o franquismo como o fascismo de Mussolini. A saída deste livro originará o primeiro embate frontal com a polícia política. Os dados podem hoje ser reconstituídos com o auxílio da documentação do processo de Torga nos arquivos da PIDE, conservados na Torre do Tombo. No dia 30 de Novembro, os serviços secretos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, por determinação do ministro do Interior, emitem uma ordem para que se proceda «à apreensão do livro» e à detenção do autor. Com efeito, Miguel Torga é detido pela PSP de Leiria e os exemplares do livro, existentes nas várias livrarias do país, são confiscados. No dia 2 de Dezembro, é enviado para a prisão do Aljube, onde ficará detido por um período de dois meses. Depois da apreensão d'*O Quarto Dia* o romance autobiográfico é interrompido, para apenas ser retomado em 1974. *O Quinto Dia* será dado à estampa uma semana após o 25 de Abril. Em *O Quinto Dia*, Torga reportar-se-á ao livro confiscado, numa notável síntese:

Pusera nele, como em nenhum outro, toda a sinceridade e verdade de que na altura fora capaz, na ânsia de revelar e surpreender em cada linha um traço do rosto do meu tempo e do meu próprio rosto. A imagem dum tempo sem alma e o perfil dum homem crispado de angústia, inconformado — e incómodo, também. [2002, 232.]

A par da autoficção apresentada em *A Criação do Mundo*, é na escrita do *Diário* que se opera a dimensão do mais explicitamente biografável. Torga enfatiza nesta obra, em repetidos momentos, a sua condição de prisioneiro. A figuração do aprisionamento encontra uma adequação imagética em diversas páginas diarísticas. Veja-se a muito expressiva representação do insecto emparedado num frasco de vidro. A nota é de 1942 (29 de Ju-

lho), período em que Torga passará a estar de modo mais sistemático sob os holofotes da polícia política e da Censura:

Coimbra, 29 de Julho de 1942. — Cada vez mais doente e mais só, a lutar contra este Portugal como um insecto contra a parede do frasco onde foi encerrado. Encho-me de coragem, faço das tripas coração, e subo um centímetro pelo muro acima. Mas escorrego e caio. Não há esforço nem garras que vençam isto. O frasco é de vidro grosso, e absolutamente liso. [1999a, 168.] [*Diário*, II, 1943.]

A metáfora tem um vastíssimo alcance e faz-nos recordar os contornos simbólicos e alegóricos de alguns contos de *Bichos*². No fragmento do *Diário* acima citado, faz-se coincidir o frasco de vidro grosso com as fronteiras geográficas do país. Vigiado mais ou menos discretamente (como comprovam os documentos do *dossier* de Torga no arquivo da PIDE³), o poeta vê-se impedido de sair do país em mais do que uma ocasião. São recorrentes outras analogias que traduzem a falta de liberdade, desde a referência mais directa à jaula (2 de Janeiro de 1950, *Diário*, V)⁴ até às imagens de reconhecível recorte idiolectal (vejam-se os quadros de referência ao mundo vegetal e animal, por exemplo nas notas de 17 de Maio de 1957 (845) e 23 de Julho de 1958 (887-888), no *Diário*, VIII), figurações que apoiam a reflexão sobre a opressão e as consequências do pensar e existir debaixo do clima de asfixia. Denuncia-se o tempo baço que inquina as relações humanas.

² Lembre-se o Senhor Nicolau do conto homónimo — «Era um bicho. Um inofensivo bicho, igual aos milhares que tinha no escritório embalsamados» (2009, 84).

³ Veja-se a este respeito o livro de Renato Nunes (2007).

⁴ «Mas, preso dentro da pátria, palmilho como um leão os poucos metros da jaula. O que procuro, nem eu o sei, verdadeiramente. Talvez a liberdade. Aquela liberdade que o homem já teve, e nós portugueses aproveitámos para dar a volta ao mundo sem licença da polícia» (1999a, 506).

A passagem de Miguel Torga pela prisão do Aljube reveste-se de um notável significado simbólico. Na história que coloca a polícia política em confronto com o escritor, recordem-se alguns episódios que, em tempos diferentes, ilustram essa incidência. O primeiro facto ocorreu logo um ano depois de ter saído do Aljube, quando o livro de contos *Montanha* foi apreendido pela polícia política. Veja-se a este respeito uma carta escrita por Nemésio (27 de Abril de 1941), mal teve conhecimento da confiscação do livro do escritor amigo; a estupefacção e a solidariedade que as suas palavras registam são elucidativas:

Acabo de saber pelo António de Sousa que *A Montanha* foi apreendida. Acho a coisa tão estranha e arbitrária que não encontro palavras. De resto, para quê palavras, se é nelas que está o crime? Por um lado, não havendo no seu belo livro nada contra a ordem legal, mas o que se chama nada, proibi-lo é como que consagrar ou distinguir uma actividade de escritor verdadeiramente séria e ditada por uma das vontades mais puras e sofridas de criar que eu cá conheço. Teimo em achar as razões desse acto policial e não há meio!

O livro, proibido em Portugal, seria publicado no Brasil em 1955, com o título *Contos da Montanha*. A partir desta altura, o nome do escritor vai ganhando cada vez mais projecção. A edição brasileira circulou clandestinamente em Portugal até 1968, ano em que o livro foi de novo publicado em Coimbra, em edição do autor.

Outros textos sofreram o mesmo destino da interdição; essas situações foram anotadas pelo próprio escritor no seu *Diário*: «Apreensão de *Sinfonia*. Mas já só me indignei por fora. Por dentro, fiquei na mesma: na desolada e crónica convicção de que eu próprio vivo apreendido há trinta anos» (1999a, 820) (*Coimbra, 10 de Abril de 1956, Diário, VIII*). A contagem do tempo remonta aqui claramente ao 28 de Maio de 1926. A obra de Torga foi alvo de contínuas denúncias anónimas; já haviam passado quase vinte anos de amofinações com a Censura e com

a polícia, quando a história se repetiu, numa espécie de efeito de duplicação especular, afinal previsível. É confiscado um livro (*Diário*, VIII) que traz lá dentro a referência à detenção de outro. Este volume VIII do *Diário* apresenta afirmações muito directas e desabridas, a partir de um olhar retrospectivo sobre os dias vividos no contexto histórico da ditadura. Assinale-se a insistência, em diversas passagens, nos longos anos de poder totalitário: «Lagoaça, 28 de Outubro de 1956 — Mato-me a andar. Mas alguma vida limpa hei-de ter neste emporcalhado tempo português que me coube. E assim tenho-a. Os restolhos escovam-me os pés e a alma de quanta imundície se lhes colou em trinta anos de vasa nacional» (837). E releve-se ainda o facto de, neste volume, surgir uma referência à participação de Torga na campanha de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958: «Surdo à opinião dos governados, o poder nunca aqui ouviu senão a própria voz, auto-embalo que bate nas paredes da auto-suficiência, e se reflecte sem deformação» (872) (*Coimbra, 31 de Maio de 1958*).

Foi no início do ano de 1960 que os serviços da PIDE procederam, nas livrarias de várias cidades, à apreensão do *Diário*, VIII, que havia sido publicado no ano anterior. Imediatamente a seguir, um grupo de escritores e intelectuais apresentou um abaixo-assinado contra a confiscação do livro. A 25 de Fevereiro, foi levantada a ordem de apreensão; no entanto, a Censura proibiu as referências ao livro na imprensa. Entre os subscritores do protesto, contavam-se curiosamente autores e intelectuais ligados ao neo-realismo, nomes que, muito pouco tempo antes, haviam manifestado o seu apoio à candidatura de Aquilino Ribeiro ao prémio Nobel, num processo que provocou alguma agitação nos meios literários, pois já tinha sido então posta em marcha a propositura de Torga ao Nobel. O autor de *Bichos* já nessa época surgia como um nome incontornável, num plano em que era difícil encontrar paralelo entre os escritores portugueses. Torga constituía uma referência da oposição não alinhada, com um forte ascendente mesmo entre políticos no exílio. Como afirmou Manuel Alegre, «foi sempre ele próprio, Orfeu rebelde, insubmisso e intransigente perante todas

as formas de arregimentação»⁵. Apesar deste episódio, no volume seguinte do *Diário*, o vol. IX, publicado em 1964, Torga não desarma e, de um modo frontal, apresenta violentas críticas ao regime de Salazar, como nesta nota datada de 31 de Outubro de 1961: «Tenho a impressão de que estes fascistas nos levam periodicamente ao rubro por tática defensiva e provocação demonstrativa. Querem, duma só cajadada, verificar a que distância estamos do ponto de explosão e provar praticamente que não possuímos qualquer força reactiva» (1999b, 988).

Contrariamente ao que acontecia com a generalidade das obras saídas em casas editoras, os livros de Miguel Torga foram publicados desde cedo em edição própria, recusando-se o autor a enviá-los à Censura prévia. Qualquer página sua saída em revista ou jornal estava sujeita ao mais primário corte censório. Sobre este aspecto é muito interessante a leitura da correspondência para Miguel Torga; encontramos, por exemplo, cartas de Tomás Kim ou de Alberto de Serpa que dão conta de situações deste teor. Lembre-se que a assinatura do escritor era suficiente para fazer que o aparecimento de um simples vocábulo (eventualmente disfórico) num texto fosse a razão da censura da referida palavra ou do texto integral. Recordo dois testemunhos. Em 1954, Eugénio de Andrade escreve a Torga para lhe comunicar que uma antologia organizada por aquele poeta fora retirada do mercado por causa da inclusão de um conto de Torga nesse volume. As razões dadas pelos censores são bastante elucidativas: «Soube que o *Encontro* foi apreendido, não é verdade? Os diligentes funcionários que cumpriam a missão deram como razões da apreensão do livrinho alguns vocábulos vicentinos que há no seu conto. Aqui fica a informação para seu governo» (Novembro de 1954). Por sua vez, em Janeiro de 1968, Sophia de Mello Breyner Andresen escreve a

⁵ Palavras da intervenção de Manuel Alegre na inauguração do monumento a Miguel Torga, em Coimbra, no âmbito do centenário do escritor, em 12 de Agosto de 2007.

Torga referindo-lhe uma situação singular envolvendo a utilização de um texto do amigo:

Fui procurada por um jovem realizador de cinema chamado José Fonseca e Costa que fez um filme sobre Évora onde inclui um texto seu. Vi o filme que é bonito e limpo. Mas surgiu um problema: a censura cortou a palavra «desgraçado». O realizador vai-lhe escrever a dar todas as informações sobre o assunto pois, segundo me disse, não quer cortar a palavra sem o seu consentimento. A palavra cortada faz falta no texto. Mas na medida em que você preferir que o texto não apareça irá ajudar aqueles que tanto desejam separar o escritor do público. Esta é a questão e a situação. Só você pode escolher e decidir.

Sophia lembrou em diversos lugares a grande admiração por Torga, apresentado como exemplo maior de verticalidade e de inteireza. Foi a detenção de Torga por causa de um livro que levou a poeta, em 1969, a aderir como sócia fundadora à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. E Eugénio de Andrade testemunhou com palavras justíssimas, no texto de apresentação de Torga na antologia acima referida, o profundo sentido agonístico patente na obra do autor de *Penas do Purgatório*:

É evidente, desde os primeiros livros de Miguel Torga, a presença de um homem indignado e interessado em denunciar um mundo que, ao contrário do que afirma Guillén, não está bem feito. Tal denúncia, por parte dos poetas, vem de longe, é certo, mas foi em Rimbaud que encontrou a síntese feroz: *voici le temps des assassins*. É em tal processo, ainda em curso, que Miguel Torga lavra um testemunho violento. Há sinais profundos dessa indignação em toda a sua obra. [Barroso, 1954.]

Lembre-se aqui a força extraordinária de um dos mais conhecidos poemas de Torga, que resume a intensa expressão

contestatária da sua escrita. Trata-se de um texto emblemático, com um título de ressonância bíblica, incluído no livro *Cântico do Homem* (1950):

DIES IRAE

*Apetece cantar, mas ninguém canta.
Apetece chorar, mas ninguém chora.
Um fantasma levanta
A mão do medo sobre a nossa hora.*

*Apetece gritar, mas ninguém grita.
Apetece fugir, mas ninguém foge.
Um fantasma limita
Todo o futuro a este dia de hoje.*

*Apetece morrer, mas ninguém morre.
Apetece matar, mas ninguém mata.
Um fantasma percorre
Os motins onde a alma se arrebatava.*

*Oh! Maldição do tempo em que vivemos,
Sepultura de grades cinzeladas
Que deixam ver a vida que não temos
E as angústias paradas!* [2000, 372-373.]

A intervenção cívica e política de Torga, que a sua obra testemunha, impõe-se assim no contexto da relevância que a literatura assume no universo cultural do seu tempo, e o autor ocupa nela um lugar cimeiro enquanto «figura de intelectual não-orgânico de Oposição» ao regime ditatorial, para usar os termos de Eduardo Lourenço (2007, 10).

4 Ao percorrermos as tábuas cronológicas da vida e da obra de Miguel Torga, deparamo-nos com um assinalável conjunto de dados relativos à participação activa do autor na esfera pública. No volume *Fogo Preso*, o autor compilou alguns textos, palavras escritas ao longo dos anos para serem pronun-

ciadas na sua maior parte em ocasiões pontuais, assinaladas nas notas biográficas. É evidente que a intervenção do autor não se resume aos eventos a que os artigos reunidos neste livro dizem respeito. Importa, ainda assim, que nos detenhamos na especificidade do volume, assinalando a relevância do gesto da publicação, gesto que remete para a consciência activa de Torga sobre o papel do escritor na sociedade, um imperativo ético de cidadania a que nunca se subtraiu ⁶.

Além de dois textos sobre autores portugueses, com carácter interventivo (Eça de Queirós ⁷ e Teixeira de Pascoaes ⁸) e de três entrevistas dadas no âmbito de campanhas eleitorais (1945; 1949; 1951), encontramos no livro duas «mensagens» dirigidas aos «transmontanos de Vila Real» e aos «transmontanos de Chaves», também produzidas para uma campanha eleitoral (a de Norton de Matos, em 1949), e ainda uma «palestra»,

⁶ Na instância prefacial, Torga, ao justificar a edição destas páginas, insiste nesse papel — «Assim, ao lado de outras, talvez menos precárias, que darão testemunho do poeta, ficarão estas páginas, sem vocação e sem torno, a mostrar o cidadão. O cidadão que nos momentos inadiáveis de optar e de afirmar optou e afirmou, e nos de correr um risco que não podia ser protelado o correu também, numa profissão de fé em que assumia antecipadamente toda a frustração que viesse a seguir» (207).

⁷ Trata-se de uma conferência que foi escrita para ser pronunciada na Associação Académica de Coimbra, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento do escritor, mas que acabou por ser lida no Ateneu Comercial do Porto, em Novembro deste ano. O texto, bastante provocatório, foi compilado em *Fogo Preso* com o título: «Eça de Queirós e Coimbra.» Se a conferência se revelou polémica, tendo mesmo escandalizado o público, recorde-se que um órgão de informação (o jornal *República*) a saudou, destacando a «extraordinária independência» do «democrata e intelectual» (2001, 215).

⁸ Torga coloca no final do ensaio esta indicação: «(Texto que deveria ser lido em 1948, numa homenagem ao poeta, que não se realizou por ser considerada 'reviralhista')» (2001, 231). À semelhança do que aconteceu com o texto sobre Eça (embora a perspectiva empática apresentada em relação a Pascoaes seja diversa daquela que, com afiado senso crítico, expende nas páginas dedicadas ao autor de *Os Maias*), também esta conferência esteve sujeita às proibições do regime.

sobre a qual o autor informa tratar-se de «texto para ser lido numa reunião política que foi proibida, em 1951».

A revolução do 25 de Abril de 1974 foi um claro divisor de águas do tempo vivido por Miguel Torga. *Fogo Preso* acolhe igualmente intervenções que se reportam ao período posterior a esta data. Uma parte desses textos diz respeito a «palavras ditas» (é assim que Torga se lhes refere no índice) em comícios socialistas ou em outras reuniões políticas, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, onde tomou a palavra como voz independente. Integra ainda o volume uma «Carta vagante», saída em 6 de Março de 1975, no jornal vespertino *A Capital*, em resposta a um artigo de Natália Correia, publicado no mesmo jornal, no dia 28 de Fevereiro, com o título «O silêncio dos melhores é cúmplice do alarido dos piores». A escritora assinava, nesse jornal, textos sob a designação de «crónicas vagantes», onde temerariamente pôs em causa as tentativas de domínio do poder político por parte do PCP. A carta aberta de Torga, escrita como forma de «estímulo e solidariedade», é mais um dos exemplos do empenhamento cívico e da independência política que tornaram paradigmático o percurso do escritor. Exorta aí os portugueses a deixar «de ler por cartilhas utópicas», a rejeitar qualquer espécie de «messianismo épico» e a realizar «com humildade uma política empírica, a do tal saber de experiência feito, que a seu tempo deu sobejas provas» (264-265). Deste volume faz parte ainda uma incisiva «alocução» proferida «na Rádio, na manhã do dia 27 de Setembro de 1975, data em que foram executados cinco patriotas bascos». Trata-se de uma intervenção de denúncia, em consonância com o caminho extremamente coerente de um autor que, desde muito cedo, foi sensível à realidade ibérica, erguendo o seu testemunho contra a ditadura de Franco.

Como referimos, somam-se no trajecto biográfico do escritor momentos de intervenção cívica em diversos contextos, além daqueles cujos textos foram reunidos em *Fogo Preso*. Recorde-se a conferência pronunciada na Universidade de Coimbra, em 1967, no âmbito da celebração do Centenário da Abolição da Pena de Morte em Portugal (1999b, 1111-1116) (*Diário*, X) e, nesse mesmo ano, em 15 de Dezembro, um do-

cumento de protesto, subscrito por Torga, ao lado de vários políticos e intelectuais portugueses (como Mário Soares, Francisco Sousa Tavares e Salgado Senha), texto enviado por carta ao presidente da Assembleia Nacional, a pedir a aprovação da Lei de Imprensa, a abolição da censura prévia e a possibilidade de interpor recurso para uma instância judiciária nas situações de apreensão de livros.

Encontramos ainda outras formas de intervenção na obra de um autor que desde cedo se tornou referência pública. Recordemos apenas duas situações. É no lugar mítico da sua aldeia («centro da [sua] paisagem» [1999a, 567] [*Diário*, V — S. Martinho de Anta, 23 de Dezembro de 1950], à qual regressa de forma contínua e ritual], que, no pós-25 de Abril, tem actuações com uma relevante função pedagógica. Em Abril de 1978 pronuncia na escola primária de S. Martinho de Anta um discurso sobre as condições sanitárias do país e sobre a necessidade de pôr em prática um novo sistema de saúde. A outra situação prende-se com um caso de sensibilização e empenhamento no campo ecológico, manifestado num acto de plantação de árvores num espaço público. Aspecto tanto mais importante num país de atropelos cívicos assustadoramente gritantes neste domínio:

*S. Martinho de Anta, 25 de Dezembro de 1976. — A velha escola do senhor Botelho finalmente reconstruída e actualizada. Mais sol, mais higiene, menos gramática e menos palmatoadas. Mas faltavam no terreiro à volta as mimosas da minha meninice. E passei a tarde de ferro e pá na mão a plantá-las. Não estarei cá para as ver crescidas como as de outrora. Deixá-lo. O meu propósito não era reflorir o passado, mas florir o futuro. [Idem, 1328.] [*Diário*, XII.]*

Registe-se o interessante facto de Torga ter sido marcado na escola pelo incitamento republicano aos gestos de civismo, no que diz respeito à celebração da festa da árvore (975) (*cf. Diário*, IX, 31 de Março de 1961).

Poder-se-ia pensar que a intervenção cívica do autor se confinou à participação em actos públicos e que, antes do 25 de Abril de 1974, os textos interventivos tivessem apenas circulado

em formas mais ou menos clandestinas, como as folhas volantes. Mas o autor de *Vindima* teve sempre uma consciência muito acesa de que o modo de participação maior, o mais perene, era o das palavras nas suas obras literárias. Torga investiu-se maximamente como escritor obcecado pelo apuro formal da escrita, mesmo nos textos mais circunstanciais como os de carácter político que foram coligidos em *Fogo Preso*. Os processos de revisão e de refundição dão conta da profunda dimensão agónica da sua escrita. À harmoniosa unidade da obra encontrada nos múltiplos registos que o autor cultivou, em verso ou em prosa, subjaz essa tensão; recorde-se, a este respeito, como a metáfora da luta se adequa, de igual modo, com grande justeza à demanda continuada de uma escrita limpidamente esculpida.

Como fomos notando, é particularmente eloquente o registo que mostra esse combate, nas páginas do *Diário*. Na sua singular configuração, este monumental conjunto de dezasseis volumes assinala intervenções públicas, dados históricos, deambulações, leituras, marcos celebrativos, mas revela também epifanias poéticas, dá conta de desabafos, de manifestações críticas e de momentos de desespero. Íntimo, confessional, mas sempre vigiado, numa incessante ultrapassagem do imediato e do circunstancial, ele permite-nos acompanhar o caminho visível em toda a obra legada pelo escritor, na sua variedade e extensão (poesia, ficção, teatro, ensaio), e que tem como fim último chegar o mais perto possível do «Homem de todos os quadrantes, ora considerado na moldura dos condicionalismos que o cerceiam, ora ainda mais frequentemente entendido *sub specie aeternitatis*» (Mourão-Ferreira, 1987, 9). Por outras palavras: Torga inscreveu o seu nome na literatura pela veemente revisitação do gesto de *dizer humanamente a terra*.

OBRAS DE MIGUEL TORGA

Poesia:

Ansiedade — 1928 (fora do mercado).

Rampa — 1930 (esgotado).

Tributo — 1931 (esgotado).

Abismo — 1932 (esgotado).
O Outro Livro de Job — 1936.
Lamentação — 1943.
Libertação — 1944.
Odes — 1946.
Nihil Sibi — 1948.
Cântico do Homem — 1950.
Alguns Poemas Ibéricos — 1952.
Penas do Purgatório — 1954.
Orfeu Rebelde — 1958.
Câmara Ardente — 1962.
Poemas Ibéricos — 1965.
Antologia Poética — 1981.

Prosa:

Pão Ázimo — 1931 (esgotado).
A Terceira Voz — 1934 (esgotado).
A Criação do Mundo — Os dois Primeiros Dias — 1937.
O Terceiro Dia da Criação do Mundo — 1938.
O Quarto Dia da Criação do Mundo — 1939 (fora do mercado); 2.^a ed. refundida, 1971.
Bichos — 1940.
Contos da Montanha — 1941.
Rua — 1942.
O Senhor Ventura — 1943.
Novos Contos da Montanha — 1944.
Vindima — 1945.
Portugal — 1950.
Pedras Lavradas — 1951.
Traço de União — 1955.
O Quinto Dia da Criação do Mundo — 1974.
Fogo Preso — 1976.
O Sexto Dia da Criação do Mundo — 1981.

Teatro:

Terra Firme, Mar — 1941 (esgotado).
Terra Firme, 2.^a ed. refundida, 1947.

O Paraíso — 1949.
Sinfonia — Poema dramático, 1947 (fora do mercado).
Mar — 2.^a ed. refundida, 1947.

Poesia prosa:

Diário (vol. I) — 1941.
Diário (vol. II) — 1943.
Diário (vol. III) — 1946.
Diário (vol. IV) — 1949.
Diário (vol. V) — 1951.
Diário (vol. VI) — 1953.
Diário (vol. VII) — 1956.
Diário (vol. VIII) — 1959.
Diário (vol. IX) — 1964.
Diário (vol. X) — 1968.
Diário (vol. XI) — 1973.
Diário (vol. XII) — 1977.
Diário (vol. XIII) — 1983.
Diário (vol. XIV) — 1987.
Diário (vol. XV) — 1990.
Diário (vol. XVI) — 1993.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, 1980, in AA. VV., *Homenagem a Miguel Torga*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.
- BARROSO, Carlos F., ALVES, Correia, e GESTA, Júlio (org.) [1954], *Antologia de Autores Modernos. Encontro*, s. l.
- LOURENÇO, Eduardo [1980], «O Portugal de Torga», in AA. VV., *Homenagem a Miguel Torga*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.
- , 1994, «Um nome para uma obra», in AA. VV., *Aqui, Neste Lugar e Nesta Hora. Actas do Primeiro Congresso Internacional sobre Miguel Torga*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- , 2007, «Evocação espectral», *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 961, 1-14 de Agosto.
- MOURÃO-FERREIRA, David, 1987, «Saudação a Miguel Torga», *Colóquio/Letras*, n.º 98, Julho-Agosto.

- NUNES, Mário, 2007, Espólio de Miguel Torga, *Casa-Museu Miguel Torga*, Coimbra, Câmara Municipal – Departamento de Cultura.
- NUNES, Renato, 2007, *Miguel Torga e a PIDE. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*, Coimbra, Edições Minerva.
- TORGA, Miguel, 1934, *A Terceira Voz*, Coimbra, ed. do Autor.
- , 1999a, *Diário*, t. 1.º, vols. I a VIII (2.ª ed. integral), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 1999b, *Diário*, t. 2.º, vols. IX a XVI (2.ª ed. integral), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 2000, *Poesia Completa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 2001, *Ensaio e Discursos* (1.ª ed. conjunta), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 2002, *A Criação do Mundo* (3.ª ed. conjunta), Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 2009, *Contos* (5.ª ed. conjunta), Lisboa, Publicações Dom Quixote.